

Centrão cochilou, acusa Ronaldo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A aprovação da emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), fixando em 12% ao ano o limite máximo de juros reais (descontada a correção monetária) a serem cobrados pelas instituições bancárias, foi resultado da "ressaca do Centrão, que dormiu com a UDR, acordou com drama de consciência e resolveu vingar-se em cima dos bancos". A interpretação é do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), dono do Banco Multiplic, que garantiu estar-se organizando uma ampla mobilização dos banqueiros para o segundo turno da votação da Constituinte.

"Vamos montar um lobby tão forte ou mesmo maior que o dos ruralistas para derrubar essa emenda, ingênua, fruto de grande desinformação e que vai fazer o País se transformar no paraíso dos agiotas", destacou Coelho.

Na opinião do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), a emenda de Gasparian foi aprovada porque, ao contrário dos fazendeiros que se instalaram no Congresso Nacional por duas semanas consecutivas, com o objetivo de fazer prevalecer seu ponto de vista em relação à reforma agrária, os banqueiros não se mobilizaram e não encontraram parlamentares dispostos a defender uma causa tão antipopular como os juros. "Até setores conservadores votaram raiosamente contra os bancos, que são hoje o inimigo comum de todo cidadão brasileiro", ressaltou Hage, que não acredita na reversão da medida no segundo turno de votação. "A emenda foi recebida como tábuas de salvação por todos aqueles que vêm sendo imprensados pelos juros."

LEITE DERRAMADO

A ausência de lobistas em favor dos bancos também foi notada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), para quem "os banqueiros menosprezaram o tema que estava sendo votado e agora vão chorar o leite derramado". Segundo avaliação de Fernando Henrique, os fazendeiros, além de possuírem enorme representatividade no Congresso, foram muito mais organizados. "Além disso — acrescentou o senador —, os ruralistas acredita-

vam que a bandeira deles era indispensável para o desenvolvimento do País, embora eu discorde, enquanto, mesmo que os economistas tentem explicar os malefícios de um tabelamento de juros, vai continuar existindo uma predisposição contra os banqueiros."

A diferença entre a votação da desapropriação das terras produtivas na reforma agrária e o tabelamento dos juros foi ressaltada também pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão: "A bandeira da UDR é o interesse nacional; a manutenção dos juros na média altíssima de hoje não só contraria os interesses do País como é ofensivo à população". O deputado Ivo Vanderline (PMDB-SC) exemplificou a revolta da população contra os juros com o seu próprio caso. Ele solicitou recentemente empréstimo de Cz\$ 500 mil à agência do Banco do Brasil no Congresso, para ser pago em 60 dias, e lhe apresentaram uma promissória de Cz\$ 800 mil para saldar a dívida.

ALIANÇA

O deputado José Serra (PMDB-SP) considerou "uma análise muito simplista" concluir que a emenda de Gasparian foi aprovada por ausência de lobby dos banqueiros. Para o parlamentar, a limitação dos juros em 12% ao ano foi aprovada pelos setores mais à direita na Constituinte, por malícia, porque têm dívidas a pagar, que se aliaram com a esquerda, que teria votado por "ingenuidade, acreditando que dessa forma está resolvido o problema dos juros".

Ronaldo César Coelho, no entanto, colocou parte da responsabilidade pelo resultado da votação contra a emenda, na defesa que foi feita justamente por José Serra e por César Maia (PDT-RJ), "que não conhecem a estrutura do sistema". No jogo de atribuição de responsabilidades, o deputado Gilson Machado (PFL-PE) resolveu intervir, jogando a culpa em Ronaldo: "Muita gente votou contra o banqueiro Ronaldo César Coelho que, no dia anterior, tinha votado contra o Centrão, e ele recebeu a sua lição".

As reações ao tabelamento de juros pela Constituinte estão na página 20.



Alencar Monteiro

Covas (último à direita) tenta acordo com os líderes

Líderes tentam acordo sobre a questão social

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A votação do capítulo da ordem social começa segunda-feira por ordem dos itens que já obtiveram consenso entre os parlamentares da esquerda e do Centrão. Para tentar um amplo acordo com o Centrão sobre os primeiros três capítulos do título VIII, que tratam da seguridade social, saúde e previdência social, reuniram-se ontem durante todo o dia — sob a coordenação do senador Almir Gabriel (PMDB-PA) — líderes de todos os partidos além do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e parlamentares ligados aos três temas. A reunião foi acompanhada atentamente pelos empresários da área hospitalar, representantes dos serviços públicos de saúde e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A negociação continua segunda-feira pela manhã porque alguns pontos continuam sem acordo. Na

área da seguridade social, por exemplo, houve grandes avanços mas não foi fechado um acordo sobre as fontes de financiamento para a manutenção do novo sistema. A proposta é diversificar essas fontes, destinando ao sistema os impostos arrecadados pelo Finsocial, faturamento e lucro das empresas. Participaram dessa negociação os deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), que concordam apenas que parte dos recursos provenientes dessas fontes seja deslocada para a seguridade social.

No item da Previdência Social continua sem acordo a fórmula de cálculo dos benefícios — 24 ou 36 meses —, a proporcionalidade para aposentadoria — 30 anos para homens e 25 para mulheres — a aposentadoria especial para certas categorias como professores e trabalhadores em atividades penosas, insalubres e perigosas, e redução também do tempo de serviço para as mulheres trabalhadoras rurais.